

CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA
UNIDADE DOS CRISTÃOS

O BISPO E A UNIDADE
DOS CRISTÃOS:
VADEMECUM ECUMÉNICO



TYPIS POLYGLOTTIS VATICANIS
MMXX

ÍNDICE GERAL

Prefácio	i	
Abreviaturas	iii	
Introdução	1	
I PARTE		
A promoção do ecumenismo no seio da Igreja Católica7		
A. As estruturas ecuménicas a nível local e regional	7	
B. A dimensão ecuménica da formação	10	
i) A formação dos leigos, dos seminaristas e dos sacerdotes.....	12	
ii) O uso dos media e dos ‘sites’ diocesanos.....	13	
II PARTE		
As relações da Igreja Católica com os outros cristãos		16
A. O Ecumenismo espiritual.....	17	
B. O Diálogo de Amor.....	25	
C. O Diálogo da Verdade	27	
D. O Diálogo da Vida.....	31	
i) Ecumenismo pastoral.....	32	
ii) Ecumenismo prático.....	39	
iii) Ecumenismo cultural.....	41	
Conclusão	42	
Documentos católicos sobre o ecumenismo	45	
Apêndice	46	

Prefácio

O ministério confiado ao bispo é um serviço de unidade junto da sua diocese, entre a igreja local e a Igreja universal. Por conseguinte, esse ministério adquire um significado especial na busca da unidade dos seguidores de Cristo. A responsabilidade do bispo em promover a unidade dos Cristãos é afirmada, de modo claro, no Código de Direito Canónico da Igreja latina que diz que, entre as tarefas do seu múnus pastoral: “Proceda com humanidade e caridade para com os irmãos que não se encontram em plena comunhão com a Igreja católica, fomentando ainda o ecumenismo, tal como a Igreja o entende (can. 383 §3, CIC 1983). A este propósito, o bispo não pode considerar a promoção da causa do ecumenismo como uma tarefa a mais na diversidade do seu ministério, uma das quais poderia e deveria ser adiada em relação a outras, aparentemente mais importantes ou prioritárias. O compromisso ecuménico do bispo não é uma opção no múnus do seu ministério, mas um dever e uma obrigação. Isto aparece ainda mais claramente no Código de Direito das Igrejas Orientais, o qual apresenta uma secção especial dedicada à missão ecuménica, em que é especialmente recomendado que os pastores da Igreja “trabalhem zelosamente e comprometidamente na missão ecuménica” (Can 902–908, CCEO 1990). O serviço da unidade, na missão pastoral do bispo, estende-se não somente à unidade da sua própria Igreja, mas à unidade de todos os baptizados em Cristo.

Este documento, emanado pelo Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, *O Bispo e a unidade dos cristãos: Vademecum ecuménico*, é proposto aos bispos diocesanos e das eparquias como uma ajuda para melhor compreender e levar a cabo a sua responsabilidade ecuménica. A génese deste

Vademecum surgiu com o pedido da Assembleia Plenária deste Conselho Pontifício. O texto foi elaborado pelos oficiais do Conselho Pontifício, com a consulta de especialistas, e com a aprovação dos dicastérios da Cúria Romana envolvidos. Congratulamo-nos com esta publicação que é feita com a bênção do Santo Padre Papa Francisco.

Colocamos este documento nas mãos dos bispos de todo o mundo, esperando que eles, ao longo das suas páginas, encontrem linhas guias claras e proveitosas, permitindo-lhes guiar as igrejas locais confiadas ao seu cuidado pastoral, para que a unidade pela qual o Senhor orou seja para a Igreja um chamamento irrevogável.



Cardeal Kurt Koch

Presidente



† **Brian Farrell**

Bispo titular de Abitínia

Secretário

Abreviaturas

- CCEO *Código dos Cânones para as Igrejas Orientais* (1990)
- CIC *Código de Direito Canónico para a Igreja latina* (1983)
- CPPUC Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos
- DE *Directório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo* (1993), Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos
- EG *Evangelii gaudium* (2013), Exortação Apostólica do Papa Francisco
- LG *Lumen gentium* (1964), Constituição dogmática sobre a Igreja do Concílio Vaticano II
- UR *Unitatis redintegratio* (1964), Decreto sobre o ecumenismo do Concílio Vaticano II
- UUS *Ut Unum sint* (1995), Carta encíclica do São João Paulo II sobre o empenho ecuménico

Introdução

1. *A procura da unidade é intrínseca à natureza da Igreja*

A oração do Senhor pela unidade dos seus discípulos “para que todos sejam um... em Nós” está intimamente unida à missão que lhes confiou, “e o mundo acredite” (Jo 17, 21). O Concílio do Vaticano II sublinhou que a divisão entre as comunidades cristãs “contradiz abertamente a vontade de Cristo, e é escândalo para o mundo, como também prejudica a santíssima causa da pregação do Evangelho a toda a criatura” (*Unitatis redintegratio* [UR] 1). Assim, se os cristãos não são o sinal visível desta unidade não realizam o seu dever missionário de instrumento que leva todas as pessoas à unidade de salvação que é a comunhão com o Pai, Filho e Espírito Santo. Por isso mesmo, entendemos que o trabalho pela unidade é fundamental para a nossa identidade como Igreja, e é a razão pela qual São João Paulo II pôde escrever na sua significativa encíclica *Ut unum sint*, “a procura da unidade dos cristãos não é um acto facultativo ou de conveniência, mas uma exigência que é parte intrínseca do ser próprio da comunidade cristã (*Ut unum sint* [UUS] 49; ver também 3).

2. *Uma real, embora incompleta, comunhão*

O Decreto sobre o Ecumenismo, *Unitatis redintegratio*, do Segundo Concílio do Vaticano II, reconhece que aqueles que acreditam em Deus trino e são batizados com água em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, são verdadeiramente nossos irmãos e irmãs em Cristo (ver UR 3). Através do baptismo eles tornaram-se “membros do Corpo de Cristo” (UR 3), “verdadeiramente incorporados em Cristo crucificado e glorificado, e regenerados para participar na vida divina” (UR 22). Além disso, o Concílio acrescenta que as comunidades

às quais pertencem estes irmãos e irmãs partilham muitos elementos essenciais que Cristo deseja para a sua Igreja; eles são também, presença do Espírito como “meios de salvação” e têm uma verdadeira, embora incompleta, comunhão com a Igreja Católica (UR 3). O Decreto inicia especificando aquelas áreas das nossas vidas eclesiais nas quais se encontra esta comunhão, e onde e porquê a extensão da comunhão eclesial varia de uma para outra comunidade cristã. Finalmente, reconhecendo os valores positivos das outras comunidades cristãs, *Unitatis redintegratio* acrescenta que, devido à ferida da divisão dos cristãos “se torna mais difícil exprimir na realidade da vida, e sob todos os aspectos, a sua plena catolicidade.” (UR 4).

3. *A unidade dos Cristãos como compromisso de toda a Igreja*

“A solicitude na restauração da unidade”, escreveram os Padres do Concílio Vaticano II, “vale para toda a Igreja, tanto para os fiéis como para os pastores. Toca a cada um em particular, de acordo com as suas capacidades, quer na vida cristã quotidiana, quer nas investigações teológicas e históricas” (UR 5). A insistência do Concílio no facto de que a missão do ecumenismo exige o compromisso de todos os fiéis, e não somente dos teólogos e dos líderes das igrejas encontrando-se em reuniões internacionais, foi repetido, insistentemente, nos documentos da Igreja que se sucederam. São João Paulo II, na *Ut unum sint*, escreveu que o compromisso com o ecumenismo, “longe de ser prerrogativa da Sé Apostólica, incumbe também a cada uma das Igrejas locais ou particulares” (31). A real, embora incompleta, comunhão que ainda existe ente os católicos e os outros cristãos baptizados pode e deve ser aprofundada a diversos níveis simultaneamente. O Papa Francisco manifestou isto mesmo na frase, “caminhando juntos,

rezando juntos e trabalhando juntos”. Pela partilha das nossas vidas cristãs com outros cristãos, rezando com e por eles, e partilhando os testemunhos comuns da nossa fé cristã através de acções, crescemos na unidade que o Senhor deseja para a sua Igreja.

4. O bispo como “princípio visível” da unidade

Como um pastor do rebanho, o bispo tem a especial responsabilidade de reunir a todos na unidade. Ele é o “princípio e fundamento visível da unidade nas suas respectivas igrejas” (*Lumen gentium* [LG] 23). Ministro ao serviço da unidade, não é mais uma das tarefas do bispo, ela é uma tarefa fundamental. O bispo “sentirá a urgência de promover o ecumenismo” (*Apostolorum Successores* 18). Enraizado na sua oração pessoal, a solicitude pela unidade deve informar cada campo do seu ministério. No seu ensinamento da fé, no seu ministério sacramental, e através das decisões do seu cuidado pastoral, ele é chamado a construir, a edificar e a fortalecer aquela unidade pela qual Jesus rezou na Última Ceia (cf. Jo 17). Uma dimensão adicional do seu ministério torna-se evidente com o compromisso da Igreja Católica no movimento ecuménico. Consequentemente, a solicitude do bispo pela unidade da Igreja estende-se a “todos aqueles que ainda não fazem parte do rebanho” (LG 27) mas que são nossos irmãos e irmãs no Espírito através dos laços reais, embora imperfeitos, de comunhão que une todos os baptizados.

O ministério episcopal da unidade está profundamente unido à sinodalidade. Seguindo o Papa Francisco, “o exame atento do modo como se entrelaçam na vida da Igreja o princípio da sinodalidade e o serviço daquele que lhe preside oferecerá uma contribuição significativa para o progresso das relações

entre as nossas Igrejas”.¹ Os bispos, que constituem um colégio unido ao Papa, exercem o seu ministério e pastoral ecuménica juntos e de modo sinodal com todo o Povo de Deus. Como o Papa Francisco ensinou, “O compromisso de construir uma Igreja sinodal – uma missão à qual todos somos chamados, cada um com a missão que lhe foi confiada pelo Senhor – tem importantes implicações ecuménicas”², porque a sinodalidade e o ecumenismo são processos que caminham em conjunto.

5. *O vademecum como um guia para o bispo
no exercício da sua função de discernimento*

A missão ecuménica foi sempre determinada por uma grande diversidade de contextos nos quais vivem e trabalham os bispos. Nalgumas regiões os católicos são a maioria; noutras, uma minoria em relação às outras comunidades cristãs; e, ainda noutras, o próprio Cristianismo é uma minoria. Os desafios pastorais são, também, extremamente diversos. É sempre o bispo diocesano/patriarca a avaliar os desafios e oportunidades no seu meio, e discernir como aplicar os princípios Católicos do ecumenismo na sua diocese ou eparquia.³ O *Directório para Aplicação dos Princípios e das Normas sobre o Ecumenismo* (1993), daqui em diante referido como *Directório Ecuménico* [DE] é a referência mais importante para o bispo concretizar a sua tarefa e missão de discernimento. Este *Vademecum* é

1. Discurso feito na Comemoração do Cinquentenário da Instituição do Sínodo dos Bispos, 17 de Outubro de 2015, citando o Discurso à Delegação Ecuménica do Patriarcado de Constantinopla, 27 de Junho de 2015.

2. *Ibid.*

3. Deve-se entender que todas as referências aos bispos diocesanos e estruturas diocesanas são igualmente aplicáveis às eparquias, os seus bispos e suas estruturas.

proposto ao bispo como um encorajamento e um guia para o cumprimento das suas responsabilidades ecuménicas.

I PARTE

A promoção do ecumenismo no seio da Igreja Católica

6. *A busca da unidade é a primeira missão para todos os católicos*

Unitatis redintegratio ensina que o “primeiro dever” dos católicos é “examinar, com espírito sincero e atento, aquelas coisas que na própria família católica devem ser renovadas e realizadas” (UR 4). Por esta razão, em vez de começar com as nossas relações com os outros cristãos, é necessário que os católicos, nas palavras deste decreto, primeiro “examinem a sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja e, na medida da necessidade, levem vigorosamente por diante o trabalho de renovação e de reforma” (UR 4). Este renovamento interior dispõe e ordena a Igreja ao diálogo e ao compromisso com os outros cristãos. Trata-se de um esforço que diz respeito a ambas as estruturas eclesiais (Secção A) e a formação ecuménica de todo o povo de Deus (Secção B).

A. As estruturas ecuménicas a nível local e regional

7. *O bispo como homem de diálogo promove o compromisso ecuménico*

Christus Dominus 13, descreve o bispo como o homem do diálogo, aquele que procura, de boa vontade, a comunhão na busca da verdade através de um diálogo marcado pela clareza e humildade, num contexto de caridade e fraternidade. O *Código de Direito Canónico* (CIC), cânone 383 §3 refere a mesma ideia, descrevendo a responsabilidade ecuménica do bispo como aquele que “procede com humanidade e caridade para com os irmãos que não se encontram em plena comunhão com

a Igreja católica” e “tal como a Igreja o entende”. Por conseguinte, a missão ecuménica do bispo é promover tanto o “Diálogo do Amor” como o “Diálogo da Verdade”.

8. *A responsabilidade do Bispo em guiar e orientar as iniciativas ecuménicas*

Para além das disposições pessoais do bispo ao diálogo é, também, sua missão a de liderar e governar. *Unitatis redintegratio* vê o povo de Deus comprometido numa diversidade de actividades ecuménicas, mas sempre “sob a vigilância dos pastores” (UR 4). O cânone 755, situado na parte do Código que indica as funções de ‘ensino’ da Igreja, estipula que, “compete em primeiro lugar a todo o Colégio dos Bispos e à Sé Apostólica fomentar e dirigir o movimento ecuménico entre os católicos” (CIC 755 §1). Além disso, é da responsabilidade dos bispos, quer individualmente quer em conferências episcopais ou sínodos, estabelecer “normas práticas, segundo as várias necessidades e oportunidades de circunstâncias” (CIC 755 §2 e CCEO 904; cf. AS 18). Ao estabelecer normas, o bispo, singularmente ou em conferência, deve garantir que não surjam confusões e mal-entendidos e que não seja causa de escândalo para os fiéis.

O *Código dos Cânones das Igrejas Orientais* (CCEO), o qual dedica um Título completo ao ecumenismo (XVIII), sublinha a “missão singular” das Igrejas Orientais Católicas em promover a unidade entre todas as Igrejas Ortodoxas e Igrejas Ortodoxas Orientais e destaca o papel do bispo da eparquia nesta missão. A unidade pode ser promovida “através de orações, pelo exemplo de vida, pela fidelidade religiosa às antigas tradições das Igrejas Orientais, pelo mútuo e melhor conhecimento de cada um, e pela colaboração e respeito fraterno na prática e no espírito” (cânone 903).

9. *A nomeação de delegados para o ecumenismo*

O *Directório Ecuménico* (cf. 41) recomenda que o bispo nomeie um responsável diocesano para as questões ecuménicas que colabore estreitamente com ele, e, também, consultante para o bispo em matéria ecuménica. Além disso, é também proposto que o bispo constitua uma comissão diocesana (secretariado) do ecumenismo, com a missão de pôr em prática os ensinamentos ecuménicos da Igreja como são indicados nos documentos e directivas da Conferência Episcopal ou Sínodo (cf. DE 42–45). O responsável diocesano e os membros da comissão para o ecumenismo podem ser importantes elementos de contacto com outras comunidades cristãs e podem representar o bispo nos encontros ecuménicos. A fim de assegurar que as paróquias católicas estejam também plenamente comprometidas ecumenicamente nos seus territórios, muitos bispos acharam útil promover a nomeação de responsáveis ecuménicos paroquiais como está previsto no *Directório Ecuménico* (45 e 67).

10. *A Comissão Ecuménica das Conferências Episcopais e os Sínodos das Igrejas Católicas Orientais*

Onde a Conferência episcopal ou o Sínodo é suficientemente numerosa o *Directório Ecuménico* recomenda que se constitua uma comissão de bispos para tratar dos assuntos sobre o ecumenismo (46–47). Se possível, esses bispos devem ser assessorados por um conjunto de consultores especialistas na matéria e por um secretariado permanente. Uma das principais tarefas da comissão é traduzir os documentos sobre o ecumenismo emanados pela Igreja adaptando-os em acções concretas e adaptadas ao contexto local. Quando a Conferência é demasiado pequena para ter uma comissão episcopal o *Directório Ecuménico* sugere que um bispo seja nomeado responsável pelas actividades

ecuménicas assistido por conselheiros competentes (DE 46).

A comissão deverá ajudar e aconselhar cada bispo no cumprimento das suas responsabilidades ecuménicas, bem como os diversos secretariados da conferência episcopal. O *Directório Ecuménico* prevê que a comissão se comprometa com as instituições ecuménicas existentes a nível nacional ou territorial. Onde se julgue oportuno a Comissão deve estabelecer conversações e consultas com outros cristãos de outras comunidades. Os membros da comissão devem representar a comunidade Católica ou nomear uma alternativa adequada quando são convidados a um importante evento na vida de outras comunidades cristãs. Reciprocamente, eles devem também assegurar um nível adequado de representação de convidados ecuménicos ou delegados em momentos importantes na vida da Igreja Católica. *Apostolorum Successores* 170 sugere que sejam convidados observadores de outras comunidades cristãs para os sínodos diocesanos, depois de consultar os responsáveis destas comunidades.

As visitas *ad limina apostolorum* oferecem aos bispos uma oportunidade para partilhar as suas experiências e preocupações ecuménicas com o Santo Padre, o Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos e outros organismos da Curia. Também é uma ocasião na qual os bispos podem procurar conselhos ou recursos junto do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

B. A dimensão ecuménica da formação

11. *Pessoas motivadas ao diálogo e dispostas a comprometerem-se*
Através da formação, o bispo pode assegurar a todos os fiéis da sua Diocese a motivação necessária para um verdadeiro compromisso com os outros cristãos.

Unitatis redintegratio 11 aconselha que aqueles que se empenham no diálogo ecuménico se aproximem da sua missão com “amor à verdade, com caridade e com humildade”. Estes três elementos são fundamentais pois proporcionam um guia útil para a formação ecuménica de todo o povo de Deus.

Em primeiro lugar, o ecumenismo não se baseia num ‘compromisso’ como se a unidade devesse ser alcançada à custa da verdade. Ao contrário, a busca da unidade leva-nos a uma valorização em pleno da verdade revelada por Deus. A base da formação ecuménica pauta-se pelo seguinte princípio: “a fé católica deve ser explicada mais profunda e correctamente, de tal modo e com tais termos que possa ser de facto compreendida também pelos irmãos separados” (UR 11). Estas explicações devem transmitir uma compreensão de “que existe uma ordem ou «hierarquia» das verdades da doutrina católica, já que o seu nexu com o fundamento da fé cristã é diferente” (UR 11). Embora todas as verdades reveladas sejam acreditadas com a mesma fé divina, o seu significado depende da sua relação com os mistérios salvíficos da Trindade e da salvação em Cristo, que é a fonte de todas as doutrinas Cristãs. Ponderando as verdades em vez de simplesmente enumerá-las, os Católicos adquirem uma compreensão mais precisa da unidade que existe entre os cristãos.

Em segundo lugar, a virtude da caridade exige aos católicos evitar apresentações polémicas da história e da teologia cristã e, em particular, evitar deturpar as posições dos outros cristãos (cf. UR 4, 10). Assim, os formadores, animados por uma atitude de caridade, procurarão sempre enfatizar a fé cristã que compartilhamos com os outros e apresentar as diferenças teológicas que nos dividem com equilíbrio e precisão. Tomando esta direcção, o trabalho de

formação ajuda a eliminar os obstáculos ao diálogo (UR 11).

O Concílio Vaticano II insistiu em que “não há verdadeiro ecumenismo sem conversão interior” (UR 7). Uma atitude adequadamente humilde permite aos católicos apreciar “o que Deus realiza nos membros das outras Igrejas e comunidades eclesiais” (UUS 48), o que, por sua vez, nos abre o caminho para aprender e acolher os dons presentes nestes irmãos e irmãs. A humildade é novamente necessária quando, através do encontro com os outros cristãos, a verdade vem à luz “o que pode exigir uma revisão das afirmações e atitudes” (UUS 36).

i) A formação dos leigos, dos seminaristas e dos sacerdotes

12. Um guia sobre a formação a partir do Diretório Ecuménico

A dimensão ecuménica deve estar presente em todos os aspectos e disciplinas da formação dos cristãos. O *Directório Ecuménico* antes de tudo, oferece orientações para a formação ecuménica de todos os fiéis (cf. 58–69). Ele prevê que esta formação acontece através de estudos bíblicos, da Palavra pregada, da catequese, da liturgia e da vida espiritual, e em contextos diversos, como a família, a paróquia, a escola e as associações de leigos. Seguidamente, o documento oferece orientações para a formação dos que trabalham na pastoral; tanto para os ministros ordenados (cf. 70–82) como para os leigos (cf. 83–86). Propõe que todos os cursos sejam minis-trados com uma dimensão e sensibilidade ecuménicas, e que um curso específico sobre o ecumenismo faça parte integrante do primeiro ciclo de estudos teológicos (cf. 79). A dimensão ecuménica da formação no seminário é particularmente destacada e recomenda-se que a todos os seminaristas seja proporcionada uma

experiência ecuménica (cf. 70–82). O documento também refere a formação permanente dos sacerdotes, diáconos, religiosos e leigos (cf. 91).

Em 1977, o Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos emitiu diretrizes intituladas *A dimensão ecuménica na formação dos que trabalham no ministério pastoral*. As duas partes referem-se, respectivamente, à necessidade de dar uma dimensão ecuménica a cada área da formação teológica e aos conteúdos necessários para um curso específico sobre o estudo do ecumenismo.

ii) O uso dos ‘media’ e dos ‘sites’ diocesanos

13. Uma abordagem ecuménica na utilização dos meios de comunicação

A falta de comunicação entre as comunidades cristãs ao longo dos séculos aumentou as diferenças. Os esforços para promover e reforçar a comunicação podem desempenhar um papel fundamental na aproximação dos cristãos divididos. Aqueles que representam a Igreja nos meios de comunicação social devem ser imbuídos das disposições ecuménicas acima sublinhadas. A presença católica através dos meios de comunicação social deve demonstrar que os católicos respeitam os seus irmãos e irmãs cristãos e são um povo aberto à escuta e abertos a aprender deles.

14. Algumas recomendações para sites diocesanos

Cada vez mais a internet é o meio através do qual o rosto da Igreja é percebido pelo mundo. É um lugar onde tanto os fiéis católicos como os outros encontrarão a Igreja local representada e a partir da qual avaliarão as suas prioridades e preocupações. Por isso, deve ser dada atenção a esta nova dimensão da vida eclesial. A solicitude da Igreja pela unidade dos cristãos na obediência a Cristo, o nosso amor e estima pelas outras

comunidades cristãs, deve ser imediatamente evidente a partir do site diocesano. Aqueles que administram os sites diocesanos devem estar conscientes da responsabilidade que têm na formação cristã. O responsável pelo ecumenismo na diocese e a comissão ecuménica devem ser facilmente encontrados e contactados através do site. O site pode indicar, muito claramente, os links para as páginas da Comissão Ecuménica da Conferência Episcopal ou Sinodal, para as páginas do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos e, também, para os conselhos ecuménicos locais, regionais e nacionais.

A página ecuménica de um site diocesano é um excelente lugar para divulgar eventos e notícias. No entanto, a autorização deve ser sempre pedida antes de usar fotografias de parceiros ecuménicos, pois, em alguns casos, a publicidade pode causar-lhes dificuldades ou problemas.

Recomendações práticas

- ▶ Conhecer bem e fazer bom uso do *Directório Ecuménico*.
- ▶ Nomear um Responsável diocesano pelo Ecumenismo. O *Directório Ecuménico* 41 recomenda que cada diocese tenha um responsável pelo ecumenismo que actua como colaborador próximo do bispo em assuntos ecuménicos e que possa representar a diocese junto de outras comunidades cristãs locais. Sempre que possível, este responsável deve ser distinto do responsável pelo diálogo inter-religioso.
- ▶ Constituir uma Comissão (Secretariado) Diocesana para o Ecumenismo. O *Directório Ecuménico* (42–44) propõe que cada diocese tenha uma Comissão (Secretariado) cuja tarefa

seja fazer com que uma adequada dimensão ecuménica esteja presente em todas as actividades da vida da Igreja local. Esta Comissão (ou Secretariado) deve supervisionar a formação ecuménica, iniciar o diálogo com as outras comunidades cristãs e promover o testemunho comum da nossa fé cristã partilhada.

- ▶ Promover a nomeação de Responsáveis Ecuménicos Paroquiais. O *Directorio Ecuménico* considera cada paróquia como um “lugar de autêntico testemunho ecuménico”(67, cf. 45) pelo que seja nomeado um paroquiano ou um conselheiro paroquial responsável pelas relações ecuménicas locais.
- ▶ Conhecer bem as normas estabelecidas pela Conferência Episcopal ou o Sínodo. O *Directorio Ecuménico* (46–47) sugere que cada conferência ou sínodo tenha uma comissão de bispos com um secretariado permanente, ou, caso contrário, um bispo nomeado com a responsabilidade de supervisionar as questões ecuménicas. Esta comissão ou bispo tem a responsabilidade não só pelas normas acima referidas, mas também por manter contactos com os organismos ecuménicos a nível nacional.
- ▶ Garantir que haja um curso obrigatório de ecumenismo nos seminários e Faculdades de Teologia católicas nas dioceses, regiões, ou a nível nacional, e garantir que os cursos de teologia e outros ramos de conhecimento tenham uma dimensão ecuménica.
- ▶ Partilhar documentos e fontes ecuménicas através dos ‘sites’ diocesanos.
- ▶ Compartilhar notícias ecuménicas através do site para que os fiéis de uma diocese possam ver o seu bispo em reuniões ou encontros, rezando e trabalhando com outros líderes cristãos a nível local.

II PARTE

As relações da Igreja Católica com os outros cristãos

15. *Diversos modos de envolvimento ecuménico com os outros cristãos*

O movimento ecuménico é uno e indivisível e deve ser sempre considerado como um todo. Todavia, assume diversas formas segundo as várias dimensões da vida eclesial. O ecumenismo espiritual promove a oração, a conversão e a santidade em prol da unidade dos cristãos. O Diálogo de Amor trata do encontro a nível dos contactos quotidianos de cooperação, alimenta e aprofunda a relação que já compartilhamos através do baptismo. O Diálogo da Verdade conduz ao respeito pelos aspectos doutrinais que são vitais para a cura das divisões entre os cristãos. O Diálogo de vida oferece oportunidades de encontro e de colaboração com os outros cristãos no cuidado pastoral, na missão ao mundo e através da cultura. Estas formas de ecumenismo distinguem-se assim pela clareza da explicação, mas há que ter sempre presente que estão interligados e enriquecem mutuamente os aspectos da realidade comum. Muitas actividades ecuménicas envolvem simultaneamente um certo número dessas dimensões. Para alcançar a finalidade deste documento propomos várias distinções a fim de ajudar o bispo no seu discernimento.⁴

4. Por exemplo, uma vez que este *Vademecum* é direccionado ao bispo, *communicatio in sacris* é aqui entendida como uma solicitude pastoral e não como um aspecto do ecumenismo espiritual.

A. O Ecumenismo espiritual

16. Oração, conversão e santidade

O ecumenismo espiritual é descrito na *Unitatis redintegratio* 8 como “a alma de todo o movimento ecuménico”. Em cada Eucaristia, no Rito Romano, antes do sinal da paz, os católicos pedem ao Senhor que conceda à Igreja “unidade e paz” e, na Divina Liturgia de São João Crisóstomo, na Litania da paz, oram pela “estabilidade das igrejas sagradas de Deus, e pela unidade de todos”.

O ecumenismo espiritual consiste não somente na oração pela unidade dos cristãos como, também, como uma “oportunidade de conversão e santidade de vida” (UR 8). De facto “Lembrem-se todos os cristãos de que tanto melhor promoverão e até realizarão a união dos cristãos quanto mais se esforçarem por levar uma vida mais pura, de acordo com o Evangelho” (UR 7). O ecumenismo espiritual exige conversão e renovação. Como disse o Papa Bento XVI: “São necessários gestos concretos que entrem nos corações e despertem as consciências, enternecendo cada um àquela conversão interior que é o pressuposto de qualquer progresso pelo caminho do ecumenismo”⁵. Do mesmo modo, no seu manual de ecumenismo espiritual o Cardeal Walter Kasper escreveu, “Somente no contexto de conversão e de renovação podem ser curados os laços feridos de comunhão”⁶.

5. Primeira mensagem de sua santidade Bento XVI no final da Concelebração eucarística com os Cardeais eleitores na Capela Sistina, 20 de Abril de 2005.

6. Kasper, Walter, *Guia para uma espiritualidade ecuménica*, Paulinas, 2007, p. 6.

17. *Rezar com os outros cristãos*

Partilhando uma verdadeira comunhão como irmãos e irmãs em Cristo, os católicos não só podem, mas devem também, procurar oportunidades para rezar com os outros cristãos. Certas formas de oração são particularmente oportunas para a busca de unidade dos cristãos. Assim como na conclusão do rito do Baptismo reconhecemos a dignidade que todos obtivemos tendo sido feitos filhos do único Pai e assim podemos rezar a oração do Senhor, é igualmente apropriado rezar esta mesma oração com os outros cristãos com quem compartilhamos o baptismo.

A antiga prática cristã de rezar juntos os salmos e os cânticos bíblicos (a Oração da Igreja) é uma tradição que continua a ser comum em muitas comunidades cristãs e, portanto, presta-se do mesmo modo a ser rezada ecumenicamente (cf. DE 117–119)⁷.

Ao promover a oração conjunta, os católicos devem estar sensíveis ao facto de que alguns cristãos não estão habituados à oração conjunta com outros cristãos, como já aconteceu com a própria Igreja Católica.

18. *Rezar pela unidade: A Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos*

O Concílio Vaticano II declarou “estar consciente de que o santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e a capacidade humana” (UR 24). Rezando pela unidade, reconhecemos que ela é um dom do Espírito Santo e não algo que possamos alcançar através dos nossos próprios esforços. A Semana de Oração pela

7. Cf. Seigneur, ouvre nos lèvres (*Senhor, abre os nossos lábios*), do Comité conjunto Francês Anglicano–Católico, 2014.

Unidade dos Cristãos é celebrada todos os anos entre os dias 18 e 25 de Janeiro, ou à volta da festa do Pentecostes, em algumas partes do mundo. Cada ano um conjunto de materiais são preparados por um grupo ecuménico de cristãos de uma determinada região, centrados nos textos da Sagrada Escritura. Assim, é proposto um tema para um momento de oração conjunta, com breves reflexões bíblicas, para cada dia da semana. De um modo particular neste tempo o bispo pode, de modo eficaz, promover a causa da unidade dos cristãos, por exemplo, participando num encontro de oração ecuménica para marcar esta semana da Unidade com os outros líderes cristãos. Também, encorajando as paróquias e os fiéis das mesmas a trabalharem com outras comunidades cristãs presentes no mesmo território ou região organizando em conjunto momentos especiais de oração, sobretudo, durante esta semana.

19. Oração uns pelos outros e pelas necessidades do mundo

Um aspecto importante e significativo do ecumenismo espiritual é simplesmente rezar pelos nossos irmãos e irmãs em Cristo, e em particular por aqueles que são nossos vizinhos. Mesmo que haja dificuldades nas relações ecuménicas locais, ou se a nossa abertura aos outros não for recíproca, podemos continuar a rezar para que esses cristãos sejam abençoados. Esta oração pode tornar-se parte habitual da nossa oração pessoal e ser uma parte das intercessões nas nossas celebrações litúrgicas.

Ut unum sint ensina que “Não existe acontecimento importante, significativo, que não goze da presença recíproca pela oração dos cristãos” (25). Os cristãos de diferentes tradições partilham a solicitude pela comunidade local em que vivem e pelos desafios particulares que enfrentam. Os cristãos podem

demonstrar a sua solicitude assinalando juntos acontecimentos significativos ou aniversários na vida da comunidade e rezando pelas suas necessidades particulares. Realidades globais como a guerra, a pobreza, a situação dos migrantes, a injustiça e a perseguição dos cristãos ou de outros grupos religiosos, que exigem também a atenção dos cristãos, podem ser tidas em conta na oração pela paz ou pelos mais vulneráveis.

20. *A Sagrada Escritura*

Unitatis redintegratio descreve as Escrituras como “um exímio instrumento na poderosa mão de Deus para a consecução daquela unidade que o Salvador oferece a todos os homens” (21). O *Directório Ecuménico* exorta a que se faça tudo o que for possível para encorajar os cristãos a lerem juntos as Escrituras. Assim, continua o documento, reforça-se o vínculo de unidade entre os cristãos, abrem-se à acção unificadora de Deus e o seu testemunho comum da Palavra de Deus é fortalecido (cf. 183). Com muitos cristãos os católicos compartilhar a Sagrada Escritura e com muitos deles partilham também o Leccionário Dominical. Esta partilha da herança bíblica é uma oportunidade para juntos rezarmos e fazer reflexão bíblica, assim como para a *lectio divina*, para publicações e traduções conjuntas⁸, e para as peregrinações ecuménicas aos lugares sagrados da Bíblia. O ministério da pregação pode ser um meio particularmente poderoso de demonstrar que, como cristãos, alimentamo-nos da fonte comum das Sagradas Escrituras. Se for caso disso, os ministros católicos e os

8. Cf. Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos e Sociedades Bíblicas Unidas, *Guidelines for Interconfessional Cooperation in Translating the Bible* (edição revista em 1987).

outros ministros cristãos podem ser convidados a partilhar o ministério da pregação nas celebrações uns dos outros (cf. DE 135, 118–119).

21. *As festas e os tempos litúrgicos*

Partilhamos com a maioria das outras tradições cristãs pelo menos os acontecimentos marcantes do calendário litúrgico: Natal, Páscoa e Pentecostes. Com muitos outros, partilharemos também os tempos litúrgicos do Advento e da Quaresma. Em várias partes do mundo, o nosso calendário comum permite aos cristãos prepararem-se juntos para a celebração das principais festas cristãs. Em algumas dioceses, o bispo católico une-se a outros líderes cristãos para fazer declarações conjuntas sobre estas celebrações importantes.

22. *Santos e mártires*

“Talvez a forma mais convincente de ecumenismo”, escreveu o Santo João Paulo II, no *Tertio millennio adveniente*, “é o ecumenismo dos santos e dos mártires”. Ele continua, “A *communio sanctorum* fala mais alto do que as coisas que nos dividem” (37). As nossas igrejas já estão unidas pela comunhão que os santos e mártires partilham. Uma devoção comum a um santo, santuário ou imagem particular pode ser o centro de uma peregrinação, procissão ou celebrações ecuménicas. Os católicos em geral, e os bispos católicos em particular, podem fortalecer os laços de unidade com os outros cristãos encorajando as devoções que já são mantidas em comum.

Em certas partes do mundo, os cristãos sofrem perseguições. O Papa Francisco insistiu muitas vezes no

“ecumenismo de sangue”⁹. Os que perseguem os cristãos reconhecem muitas vezes, melhor do que os cristãos, a unidade que existe entre eles. Ao homenagear os cristãos de outras tradições que sofreram o martírio, os católicos reconhecem as riquezas que Cristo lhes concedeu e às quais dão um grande testemunho (cf. UR 4). Além disso, embora a nossa comunhão com as comunidades a que estes mártires pertencem permaneça imperfeita, “esta comunhão já é perfeita no que consideramos o ponto mais alto da vida de graça, martírio até a morte, a comunhão mais verdadeira possível com Cristo” (UUS 84, cf. 12, 47, 48, 79).

23. *O contributo da vida consagrada para a unidade dos cristãos*

A vida consagrada, enraizada na tradição comum da Igreja indivisa tem, indubitavelmente, uma vocação particular para promover a unidade. As comunidades monásticas e religiosas existentes, as novas comunidades e os movimentos eclesiais podem ser lugares privilegiados de hospitalidade ecuménica, de oração pela unidade e lugar de “partilha de dons” entre os cristãos. Algumas comunidades recentemente fundadas têm como carisma particular a promoção da unidade dos cristãos, e algumas delas fazem parte membros de diferentes tradições cristãs. Na Exortação Apostólica, *Vita consacrata*, São João Paulo II escreve: “É urgente abrir, na vida das pessoas consagradas, espaços maiores à oração ecuménica e a um testemunho autenticamente evangélico” (100). De facto, continua: “nenhum Instituto de vida consagrada se deve sentir dispensado de trabalhar por esta causa” (101).

9. Ver, por exemplo, o discurso do Papa Francisco na Basílica do Santo Sepulcro, em Jerusalém, a 25 de Maio de 2014.

24. “A cura das memórias”

A expressão “cura das memórias” tem as suas raízes no Concílio Vaticano II. No penúltimo dia do Concílio (7 de Dezembro de 1965) uma declaração conjunta de São Paulo VI e do Patriarca Atenágoras apelam a que seja “removido da memória” da Igreja as excomunhões emitidas em 1054. Dez anos mais tarde, São Paulo VI usou pela primeira vez a expressão “cura de memórias”. Como escreveu São João Paulo II, “O Concílio terminou assim com um acto solene que foi ao mesmo tempo uma cura das memórias históricas, um perdão recíproco e um compromisso firme na busca da comunhão” (UUS 52). Na mesma encíclica, São João Paulo II salientou a necessidade de superar “certas recusas em perdoar”, “uma insistência não evangélica em condenar o ‘outro lado’” e “um desdém nascido de uma presunção não saudável” (UUS 15). Porque as comunidades cristãs se afastaram umas das outras, muitas vezes guardando ressentimentos, em alguns casos, atitudes como estas enraizaram-se. A memória de muitas comunidades cristãs permanece ferida por uma história de conflitos religiosos e nacionais. No entanto, quando as comunidades divididas pela história são capazes de se unir numa releitura comum dessa mesma história, uma reconciliação de memórias é possível.

A comemoração do 500º aniversário da Reforma, em 2017, foi também um exemplo da cura das memórias. No relatório *Do conflito à comunhão*¹⁰, católicos e luteranos perguntaram-se como poderiam transmitir as suas tradições “de forma a não cavar novas trincheiras entre os cristãos de confissões diferentes”

10. Comissão católica – luterana para a unidade, *Do conflito à comunhão, Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017*, (Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt; Paderborn: Bonifatius, 2013).

(12). Descobriram que era possível adotar uma nova visão para as suas Histórias: “O que aconteceu no passado não pode ser mudado, mas o que é lembrado do passado e como ele é lembrado pode, com o passar do tempo, realmente mudar. A lembrança faz o presente passado. Enquanto o próprio passado é inalterável, a presença do passado no presente é alterável” (16).

Recomendações práticas

- ▶ Rezar, regularmente, pela unidade dos cristãos.
- ▶ Destacar a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos organizando um momento de oração ecumênica e incentivar as paróquias a fazer o mesmo.
- ▶ Empenhar-se com outros líderes cristãos na realização em conjunto de um dia para o estudo da Sagrada Escritura, uma peregrinação (procissão) ecumênica, ou ainda, se possível, a troca de relíquias de imagens sagradas.
- ▶ Emitir uma mensagem conjunta com outro líder ou líderes cristãos no Natal ou na Páscoa.
- ▶ Realizar um momento de oração ecumênica com um tema comum que diga respeito às outras comunidades cristãs.
- ▶ Encorajar os sacerdotes da diocese ou assistentes pastorais a reunirem-se regularmente para rezar com outros ministros cristãos que trabalham nas vizinhanças.
- ▶ A consciência do trabalho ecumênico já realizado nas comunidades de vida consagrada deve ser amplamente encorajado.
- ▶ Incentivar a Comissão diocesana a trabalhar com outras comunidades cristãs no discernimento onde uma ‘cura de memórias’ poderá ser necessário, e sugerir medidas concretas para poder facilitar isso.

B. O Diálogo de Amor

25. *O Baptismo como base do Diálogo de Amor*

Todo o ecumenismo é ecumenismo baptismal. À medida que os católicos reconhecem a todos como irmãos e irmãs em virtude do nosso Criador comum, poderão estabelecer uma relação muito mais profunda com os cristãos batizados de outras comunidades cristãs, que são seus irmãos e irmãs *em Cristo*, seguindo o uso do Novo Testamento e dos Padres da Igreja. Por isso, o Diálogo do Amor (ou o Diálogo da Caridade) diz respeito não só à fraternidade humana, como também aos vínculos de comunhão forjados no batismo.

26. *Uma cultura do encontro em organizações e eventos ecumênicos*

Os católicos não podem ficar à espera de que os outros cristãos se aproximem deles, mas devem estar sempre preparados para dar o primeiro passo indo ao seu encontro (UR 4). Esta “cultura do encontro” é um requisito prévio para um verdadeiro ecumenismo. Por isso, é importante que os católicos participem, tanto quanto possível, nas organizações ecumênicas, como os conselhos de Igrejas, a nível nacional, diocesano e paroquial. Esses organismos edificam a compreensão mútua e a cooperação (cf. DE 166–171). Os católicos têm o dever particular de participar no movimento ecumênico mesmo que sejam em maior número (cf. E 32). O Diálogo de Amor é construído através do somatório de iniciativas simples mas que reforçam os vínculos de comunhão, por exemplo: pelo intercâmbio de mensagens ou delegações em ocasiões especiais, visitas recíprocas, reuniões entre os ministros pastorais locais e geminações ou alianças entre comunidades ou instituições (dioceses, paróquias, seminários, escolas e coros). Assim, com a palavra e o gesto, manifestamos o nosso amor não só aos irmãos e irmãs em Cristo, mas

também às comunidades cristãs a que cada um pertence, para que todos “reconheçam com alegria e estimem os bens verdadeiramente cristãos,” que ali encontramos (UR 4).

A experiência de muitos bispos é que no Diálogo de Amor o ecumenismo se torna muito mais do que um dever do seu ministério, descobrindo ainda que é como uma fonte de enriquecimento e de alegria através da qual experimentam “Oh! Como é bom e agradável viverem os irmãos em harmonia!” [SI 132(133),1].

Recomendações práticas

- ▶ Dar o primeiro passo para encontrar os outros líderes cristãos.
 - ▶ Rezar, pessoalmente e publicamente, pelos outros líderes cristãos.
 - ▶ Participar, tanto quanto possível e adequado, nas celebrações de Ordenação, instalação ou entrada de outros líderes cristãos na diocese.
 - ▶ Convidar, se for conveniente, outros líderes cristãos para as celebrações litúrgicas significativas e acontecimentos importantes na diocese.
 - ▶ Colaborar com os Conselhos das Igrejas e dos organismos ecumênicos implantados na diocese e participar, na medida do possível, em ações conjuntas.
 - ▶ Informar os outros líderes cristãos de acontecimentos e notícias importantes na diocese.
-

C. O Diálogo da Verdade

27. *O diálogo como partilha de dons*

Em *Ut unum sint*, São João Paulo II escreveu que esse diálogo “tornou-se uma necessidade absoluta, uma das prioridades da Igreja” (UUS 31). Através do diálogo ecuménico cada participante “adquire um conhecimento mais verdadeiro e um apreço mais justo” do diálogo com os seus interlocutores (UR 4). São João Paulo II escreveu que “o diálogo não é apenas uma troca de ideias, mas de algum modo, é sempre um ‘partilha de dons’” (UUS 28). Através desta partilha “cada uma das partes traz às outras e a toda a Igreja os seus dons particulares” (LG 13). O Papa Francisco deu um passo em frente convidando a prestar uma grande atenção aos dons em outras potenciais áreas de aprendizagem a partir dos outros, as quais respondem às nossas próprias necessidades eclesiais. “Se realmente acreditamos na acção livre e generosa do Espírito, quantas coisas podemos aprender uns dos outros! Não se trata apenas de receber informações sobre os outros para os conhecermos melhor, mas de recolher o que o Espírito semeou neles como um dom também para nós” (EG 246).

28. *Um diálogo que nos leva a toda a verdade*

O Diálogo da Verdade é um diálogo teológico que visa a repôr a unidade da fé. Em *Ut unum sint*, São João Paulo II pergunta “quem poderia considerar legítima uma reconciliação levada a cabo à custa da verdade?” (18). Pelo contrário, ele insistiu, em que a plena comunhão “deverá realizar-se mediante a aceitação completa da verdade, na qual o Espírito Santo introduz os discípulos de Cristo” (UUS 36). Esta é a mesma convicção expressa na Declaração Comum do Papa Francisco e do Patriarca Bartolomeu de Jerusalém de 2014, quando escreveram: “Afirmamos mais uma vez

que o diálogo teológico não procura um mínimo denominador teológico comum sobre o qual se possa chegar a um compromisso, mas sim aprofundar a compreensão de toda a verdade que Cristo deu à sua Igreja; uma verdade a compreender cada vez melhor seguindo as sugestões do Espírito Santo num caminho sem fim”.

29. Diálogo teológico a nível internacional, nacional e diocesano

Nos anos que se seguiram ao Concílio Vaticano II, a Igreja Católica empenhou-se em numerosos diálogos teológicos internacionais (bilaterais) com as comunhões cristãs mundiais tentando resolver, em várias áreas, diferenças teológicas de longa data. O objectivo destas comissões tem sido o de abordar as discordâncias teológicas que historicamente causaram divisões fazendo-o de uma forma que coloca de lado uma linguagem polémica e os preconceitos do passado, e que considera como ponto de partida a tradição comum¹¹. Alguns detalhes destes diálogos teológicos podem ser consultados no apêndice deste documento. Estes diálogos produziram declarações consensuais que procuraram esclarecer em que medida os parceiros de diálogo mantêm a mesma fé. Abordaram as diferenças e procuraram alargar o que os parceiros de diálogo têm em comum identificando os campos em que são necessários mais trabalhos. Os resultados do diálogo fornecem o quadro para discernir o que podemos e o que não podemos fazer em conjunto com base na fé partilhada.

11. Os detalhes destes diálogos teológicos podem ser encontrados no apêndice a este documento.

Não menos importante é o trabalho das numerosas comissões de diálogo nacionais que operam sob a autoridade das Conferências episcopais. As comissões nacionais estão muitas vezes em diálogo com as comissões internacionais, sugerindo novas áreas de exploração frutífera e também recebendo e comentando os documentos das comissões internacionais.

O Diálogo da Verdade realizado a nível nacional e diocesano pode ter uma importância significativa no que diz respeito ao significado e celebração válida do batismo. As autoridades da Igreja local foram capazes de formular declarações comuns expressando o reconhecimento mútuo do batismo (cf. DE 94). Outros diálogos, não oficiais, podem também oferecer uma valiosa contribuição para o Diálogo da Verdade¹².

30. O desafio do acolhimento ou recepção

O acolhimento (ou recepção) é o processo pelo qual a Igreja discerniu e se apropria daquilo que reconhece como autêntico ensinamento cristão. Desde a primeira palavra pregada, passando pela longa história dos Concílios Ecumênicos e do ensinamento da Igreja, a comunidade cristã exerceu este discernimento. A recepção assume um novo significado na era ecumênica. Nos diálogos bilaterais e multilaterais, que já duram há cinquenta anos, foram produzidas muitas declarações e documentos de comum acordo, mas estes textos nem sempre chegaram a ser assimilados na vida das

12. Por exemplo: o Groupe des Dombes; o Ökumenischer Arbeitskreis evangelischer und katholischer Theologen; as conversações teológicas com as Igrejas orientais ortodoxas iniciadas pela Fundação Pro Oriente; as Conversações de Malines entre anglicanos e católicos; Evangelicals and Catholics Together e o Grupo de Trabalho conjunto Ortodoxo – Católico St. Ireneu.

comunidades cristãs. O Grupo Mixto de Trabalho entre a Igreja Católica e o Conselho Mundial das Igrejas no documento sobre a ‘recepção’ descreveu a recepção ecumênica como: “a atitude evangélica necessária para permitir que [os resultados do diálogo] sejam adoptados na própria tradição eclesial”¹³. São João Paulo II escreveu que, para receber o resultado dos acordos bilaterais “é preciso um exame sério que, segundo diferentes modos, formas e competências diversas, há-de envolver todo o povo de Deus (UUS 80). Este processo de ‘recepção’ deve envolver os fiéis leigos, exercendo o seu *sensus fidei*, teólogos, faculdades de teologia e as comissões ecuménicas locais. A autoridade de ensino da Igreja, em última análise, tem a responsabilidade de manifestar um juízo (cf. UUS 81). Por conseguinte, os Bispos são encorajados a ler e a avaliar, de modo particular, os documentos ecuménicos mais relevantes para o seu contexto local. Cada documento é distinto, enquanto alguns são puramente teológicos, outros contêm sugestões que podem ser implementadas a nível local.

Enquanto os textos produzidos pelos diálogos ecuménicos não constituem documentos oficiais de ensino das igrejas envolvidas, a sua assimilação na vida das comunidades cristãs pode, no entanto, ajudar todos a alcançar uma compreensão e uma apreciação mais profundas dos mistérios da fé.

13. *Nono Relatório do Grupo Mixto de Trabalho entre a Igreja Católica e o Conselho Mundial das Igrejas (2007–2013)*; Apêndice A: *Recepção: uma chave para o progresso ecuménico*, 15.

Recomendações práticas

- ▶ Identificar quais os documentos bilaterais que foram publicados entre a Igreja Católica e as principais comunidades cristãs presentes na diocese. O apêndice deste *Vademecum* apresenta um guia introdutório aos diálogos cujos documentos estão disponíveis no site do CPPUC.
 - ▶ Formar uma Comissão de diálogo nacional, regional ou diocesano com a participação de especialistas teólogos, quer sejam leigos ou ordenados. A Comissão pode participar num estudo conjunto dos documentos dos diálogos internacionais ou nacionais ou pode abordar questões de interesse local.
 - ▶ Convidar a Comissão a propôr acções concretas que podem ser realizadas em conjunto na diocese com as outras comunidades cristãs e com base nos acordos ecuménicos que já foram alcançados.
-

D. O Diálogo da Vida

31. As verdades expressas em conjunto no diálogo teológico procuram uma expressão concreta através de uma acção conjunta na pastoral, no serviço ao mundo e através da cultura. O *Directório Ecuménico* afirma que a contribuição que os cristãos podem oferecer nas diversas áreas da vida humana “será mais eficaz quando o fizerem em conjunto, e quando forem vistos unidos a fazê-lo”. “Assim”, continua o *Directório* “vão querer fazer tudo juntos, aquilo que é permitido pela fé” (162). Estas palavras fazem eco de um princípio ecuménico importante, conhecido como o princípio de Lund, formulado pela primeira vez pelo Conselho Mundial das Igrejas, isto é, que os cristãos devem “agir em conjunto em todas as matérias, excepto aquelas em que profundas diferenças de convicção os impelem a agir

separadamente” (III Conferência da Comissão Fé e Constituição, 1952). Trabalhando juntos, os católicos começam a viver profunda e fielmente a comunhão que já partilham com os outros cristãos.

Nesta tarefa, os católicos são encorajados a ter paciência e a ser perseverantes; virtudes gêmeas do ecumenismo, e ao mesmo tempo a proceder “gradualmente e com cuidado, sem esquecer as dificuldades” (DE 23), sob a orientação dos seus bispos, mas mostrando, ao mesmo tempo, um empenho genuíno nesta procura, motivada pela urgência de reconciliação e pelo desejo de Cristo: a unidade dos seus discípulos (cf. EG 246, UUS 48).

i) Ecumenismo pastoral

32. Partilhar os desafios pastorais como oportunidades para o ecumenismo

Muitas vezes as comunidades cristãs de uma determinada localidade ou região enfrentam os mesmos desafios pastorais e missionários. Se ainda não existe um desejo autêntico de unidade entre os cristãos, tais desafios podem exacerbar as tensões e mesmo promover um espírito de competição entre as comunidades. Contudo, esses desafios abordados com um espírito verdadeiramente ecuménico tornam-se oportunidades para a unidade dos cristãos na pastoral, chamada aqui de “a pastoral do ecumenismo”. Este é um dos campos em que seguramente a unidade dos cristãos é construída a partir da vida dos crentes.

33. Ministério partilhado e partilha de recursos

Em muitas partes do mundo, e de muitos modos, os ministros cristãos de diferentes tradições trabalham juntos na prestação de cuidados pastorais em hospitais, prisões, forças armadas, universidades e outras capelanias específicas. Em muitas destas situações,

capelas ou outros espaços são necessariamente partilhados para prestar um ministério (serviço) aos fiéis de diferentes comunidades cristãs (DE 204). Onde o bispo diocesano considerar que não vai causar escândalo ou confusão para os fiéis, ele pode oferecer a outras comunidades cristãs o uso de uma igreja. É necessário um discernimento particularmente cuidadoso, se o caso diz respeito à catedral diocesana. O *Directório Ecuménico* 137, considera as situações em que uma diocese católica pode ser um auxílio para outra comunidade que não tem lugar de culto nem objectos litúrgicos para celebrar dignamente as suas cerimónias. De igual modo, em outros contextos, as comunidades católicas usufruem de hospitalidade análoga da parte de outras comunidades cristãs. Tal partilha de recursos pode construir a confiança e aprofundar a mútua compreensão entre os cristãos.

34. *Missão e catequese*

Jesus orou “para que eles sejam todos um... para que o mundo acredite” (Jo 17,21), e desde as suas origens o movimento ecuménico teve sempre, no mais profundo de si mesmo, a missão da Igreja de evangelizar. A divisão entre os cristãos impede a evangelização e mina a credibilidade da mensagem evangélica (cf. UR 1, *Evangelii nuntiandi* 77; UUS 98–99). O *Directório Ecuménico* sublinha a necessidade de garantir que os “factores humanos, culturais e políticos” envolvidos nas divisões originais entre os cristãos não sejam levados para os novos territórios missionários e exorta os missionários cristãos, das diferentes tradições, a trabalhar “com respeito mútuo e amor” (207).

A Exortação Apostólica *Catechesi tradendae* (1979) observa que em algumas situações os bispos podem considerar se é “oportuno ou mesmo necessário” colaborar com os outros cristãos no campo da catequese

(33, cit. in DE 188). O documento descreve os parâmetros de tal colaboração. O *Catecismo da Igreja Católica* é também um instrumento útil para a cooperação com os outros cristãos no campo da catequese.

35. *Casamentos inter-eclisiais*

Por vezes, o bispo diocesano é solicitado para autorizar os casamentos entre os católicos e os fiéis de outras igrejas cristãs e, mesmo noutros casos, a dispensar do rito católico a celebração nupcial. Os matrimónios mistos não devem ser considerados como problemas, pois são muitas vezes um lugar privilegiado onde se constrói a unidade dos cristãos (cf. *Familiaris Consortio* 78; *Apostolorum Successores* 207). No entanto, os pastores não podem ser indiferentes à dor da divisão cristã vivida no contexto destas famílias, talvez ainda mais marcadamente do que em qualquer outro contexto. O cuidado pastoral das famílias constituídas por fiéis oriundos de diferentes Igrejas cristãs, desde a preparação inicial do casal para o casamento ao acompanhamento pastoral do mesmo e dos filhos, sobretudo quando as crianças se preparam para os sacramentos, deve ser uma preocupação tanto a nível diocesano como regional (cf. DE 143–160). Um esforço especial deve ser feito para envolver estas famílias nas actividades ecuménicas da paróquia e da diocese. Os encontros entre os pastores cristãos com o objectivo de ajudar e apoiar estes matrimónios, podem ser um excelente terreno para a colaboração ecuménica (cf. DE 47). Os recentes movimentos migratórios acentuaram ainda mais esta realidade eclesial. De uma região para outra, há uma grande variedade de práticas em relação aos casamentos entre duas pessoas de

diferentes Igrejas, ao baptismo dos filhos nascidos de tais casamentos, e à formação espiritual dos mesmos¹⁴. Por conseguinte, devem ser encorajados os acordos locais sobre estas urgentes preocupações pastorais.

36. *Partilhar a vida sacramental* (Communicatio in sacris)

Como já vimos, porque compartilhamos uma verdadeira comunhão com outros cristãos através do nosso baptismo comum, a oração com estes irmãos e irmãs em Cristo é ao mesmo tempo possível e necessária para nos conduzir à unidade que o Senhor deseja para a sua Igreja. No entanto, a questão da administração e recepção dos sacramentos, e especialmente da Eucaristia, nas celebrações litúrgicas uns dos outros permanece um campo de tensão significativa nas nossas relações ecuménicas. Ao tratar o tema de “Partilhar a vida sacramental com os cristãos de outras Igrejas e Comunidades eclesiais”, o *Directório Ecuménico* inspira-se em dois princípios de base apontados em *Unitatis redintegratio* 8, em que co-existe numa certa tensão mas que se devem sempre considerar em conjunto estar sempre unidos. O primeiro princípio é que a celebração dos sacramentos numa comunidade conduz ao “testemunho da unidade da Igreja”, e o segundo indica que o sacramento é uma “partilha dos meios de graça” (UR 8). Neste sentido, o *Directório* explicita mais sobre o segundo princípio, afirmando que a Eucaristia é alimento espiritual para os baptizados, permitindo-lhes vencer o pecado e crescer rumo à plenitude da vida em Cristo. Tendo em conta o primeiro princípio do *Directório* declara que “A comunhão eucarística está inseparavelmente ligada à plena comunhão eclesial e à

14. O bispo deverá ter em conta CIC 1125 e CCEO 814§1.

sua expressão visível” (DE 129) e portanto, em geral, a participação nos sacramentos da Eucaristia, reconciliação e unção é limitada àqueles que estão em plena comunhão. No entanto, aplicando o segundo princípio, o *Directório* afirma ainda que “a título excepcional, e sob certas condições, o acesso a estes sacramentos pode ser permitido, ou mesmo recomendado, aos cristãos de outras Igrejas e comunidades eclesiais” (DE 129). *Communicatio in sacris* permite, pois, considerar o bem das almas em determinadas circunstâncias, e quando assim for, deve ser reconhecido como desejável e louvável.

Considerando estes dois princípios, é solicitado o discernimento do Bispo diocesano tendo sempre em conta que, a possibilidade de *communicatio in sacris* é diversa para as Igrejas e comunidades orientais e ocidentais. O Código de Direito Canônico descreve as situações em que os católicos podem receber sacramentos de outros ministros cristãos (cf. CIC 844 §2; CCEO 671 §2). O mesmo cânone afirma que, ou em perigo de morte, ou se o bispo diocesano considerar que há uma “grave necessidade”, os ministros católicos podem administrar sacramentos a outros cristãos “que não estão em plena comunhão com a Igreja católica... contanto que manifestem a fé católica acerca dos mesmos sacramentos e estejam devidamente dispostos” (CIC 844 §4; CCEO 671 §3).

É importante ressaltar que a decisão do bispo sobre o que constitui uma “grave necessidade” e quando a partilha excepcional dos sacramentos é oportuna, é sempre um juízo pastoral, ou seja, diz respeito ao cuidado e à salvação das almas. Os sacramentos nunca podem ser compartilhados por mera cortesia. Uma cautelar prudência é necessária para evitar causar confusão ou escandalizar os fiéis. Além disso, são oportunas, e devem ser tomadas em

consideração, as palavras de São João Paulo II quando escreveu: “é motivo de alegria lembrar que os ministros católicos podem, em determinados casos particulares, administrar os sacramentos da Eucaristia, da Penitência, da Unção dos Doentes a outros cristãos que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica” (UUS 46)¹⁵.

37. *Mudança de filiação eclesial como desafio ecumênico e oportunidade*

A mudança de filiação eclesial é, por natureza, distinta da actividade ecuménica (cf. UR 4). No entanto, os documentos ecuménicos da Igreja Católica reconhecem as situações em que os cristãos se mudam de uma comunidade cristã para outra. Algumas disposições pastorais, como as formuladas pela Constituição Apostólica *Anglicanorum coetibus*, respondem a esta realidade. As comunidades locais devem acolher com alegria quantos desejam entrar em plena comunhão com a Igreja Católica, como afirma o *Rito da Iniciação Cristã dos Adultos*, “qualquer aparência de triunfalismo deve ser cuidadosamente evitada” (Apêndice 3). Mantendo sempre um profundo respeito pela consciência dos indivíduos em causa, aqueles que dão a conhecer a sua intenção de deixar a Igreja Católica devem ser sensibilizados para as consequências da sua decisão. Motivados pelo desejo de manter relações estreitas com os interlocutores ecuménicos, em algumas circunstâncias é possível chegar a um acordo sobre um “código

15. Alguns acordos pastorais foram alcançados com algumas Igrejas Ortodoxas Orientais para a admissão recíproca dos fiéis à Eucaristia em caso de necessidade (em 1984 com a Igreja Ortodoxa Síria e em 2001 entre a Igreja Caldeia e a Igreja Assíria do Oriente). Muitas Conferências episcopais, sínodos, eparquias e dioceses publicaram directrizes ou documentos sobre o assunto.

de conduta” com outra comunidade cristã¹⁶. Outros desafios e questões se colocam quando são os clérigos a mudar de filiação¹⁷.

Recomendações práticas

- ▶ Identificar as necessidades pastorais comuns com os outros líderes cristãos.
- ▶ Escutar e aprender com as iniciativas pastorais dos outros.
- ▶ Agir com generosidade ajudando o trabalho pastoral das outras comunidades cristãs.
- ▶ Conhecer e ouvir as experiências das famílias constituídas por membros de diferentes igrejas existentes na diocese.
- ▶ Apresentar ao clero da diocese as orientações dadas pelo *Directório Ecumênico* no que diz respeito à administração dos sacramentos (resumido anteriormente) e, se existem, também as orientações da Conferência Episcopal ou dos Sínodos das Igrejas Orientais Católicas. Ajudar o clero a discernir quando se aplicam essas condições e quando tal participação na vida sacramental pode, em casos individuais, ser apropriado.
- ▶ Se a sua Diocese ou Conferência Episcopal não tem orientações sobre as disposições canônicas para uma excepcional partilha sacramental, e se se julgar que tais orientações seriam úteis no

16. A Comissão conjunta francesa para o Diálogo Teológico entre Católicos–Ortodoxos fez, a este propósito, em 2003, a declaração: *Éléments pour une éthique du dialogue catholique–orthodoxe*.

17. Por exemplo, O Diálogo entre os bispos anglicanos e católicos do Canadá conseguiu estabelecer um acordo: *Orientações pastorais para as Igrejas no caso de o clero passar de uma comunhão a outra* (1991).

contexto diocesano, entrar em contacto com a Comissão ecuménica da Conferência Episcopal e procurar conselhos sobre as propostas ou a preparação de tal texto.

ii) **Ecumenismo prático**

38. *Cooperação no serviço do mundo*

O Concílio Vaticano II apelou para que todos os cristãos, unidos num esforço comum e dando testemunho da mesma esperança, apresentassem “o rosto de Cristo Servo ainda mais luminoso” (UR 12). Eles fizeram notar que em muitos países esta cooperação já acontece no âmbito da defesa da dignidade humana, no alívio das aflições da fome, nos desastres naturais, no caso do analfabetismo, da pobreza, da falta de habitação e da distribuição desigual da riqueza. Hoje podemos adicionar a esta lista a ação cristã coordenada para cuidar dos povos deslocados e migrantes; a luta contra a escravidão moderna e o tráfico de pessoas; a construção da paz; a defesa da liberdade religiosa; a luta contra a discriminação; a defesa da santidade da vida e o cuidado da criação. Os cristãos agindo e cooperando desta forma, é o que se entende por “ecumenismo prático”. Cada vez mais, e à medida que surgem novas necessidades, as comunidades cristãs reúnem os seus recursos e coordenam os esforços possíveis para responder de forma cada vez mais eficaz aos mais necessitados. São João Paulo II chamou os cristãos a empenharem-se em “todas as formas possíveis de cooperação prática a todos os níveis” e descreveu este tipo de trabalho conjunto como “uma verdadeira escola do ecumenismo, um caminho dinâmico para a unidade” (UUS 40). A experiência dos bispos em muitas partes do mundo faz ver que a cooperação entre as comunidades cristãs ao serviço dos pobres é uma

força motriz para promover o desejo de unidade dos cristãos.

39. *Serviço comum como testemunho*

Mediante a cooperação ecuménica, os cristãos “dão testemunho da sua esperança que não confunde” (UR 12). Como discípulos de Cristo, educados pelas Escrituras e pela tradição cristã, somos impulsionados a agir para defender a dignidade da pessoa humana e a sacralidade da criação, na esperança segura de que Deus conduz a criação à plenitude do seu Reino. Colaborando na acção social e em projectos culturais, como os sugeridos no parágrafo 41, os cristãos promovem a visão cristã integral da dignidade da pessoa. Assim, o nosso serviço comum manifesta diante do mundo a nossa fé partilhada e que o nosso testemunho é mais forte por estarmos unidos.

40. *O diálogo inter-religioso*

Cada vez mais, tanto a nível nacional como local, os cristãos sentem a necessidade de agirem de modo mais articulado com as outras tradições religiosas. Os acontecimentos recentes de migração fizeram chegar povos de diferentes culturas e religiões para as comunidades que antes eram predominantemente cristãs. Muitas vezes, individualmente, uma comunidade cristã não tem a capacidade para responder a um novo problema. A cooperação cristã conjunta no diálogo inter-religioso é, portanto, muitas vezes benéfica e, de facto, o *Directório Ecuménico* afirma que “pode aprofundar o nível de comunhão entre os próprios [cristãos]” (210). O *Directório* destaca em particular a importância dos cristãos trabalharem juntos para combater “o anti-semitismo, o fanatismo religioso e o sectarismo”. Por fim, é importante nunca perder de vista a diferença radical entre o diálogo com as

diferentes tradições religiosas, que visa estabelecer boas relações e cooperação, e o diálogo com as outras comunidades cristãs, que tem como objectivo restabelecer a unidade desejada por Cristo para a sua Igreja e que é propriamente chamada ecuménica.

Recomendações práticas

- ▶ Dialogando com os outros líderes cristãos identificar as áreas onde o serviço cristão é necessário.
 - ▶ Dialogar com os outros líderes cristãos, e com o próprio secretariado ecuménico ou delegado diocesano, sobre as acções, até agora feitas separadamente, que os cristãos poderiam realizar em conjunto.
 - ▶ Encorajar os sacerdotes a comprometerem-se com os interlocutores ecuménicos no serviço à comunidade local.
 - ▶ Dialogar com os católicos e os organismos diocesanos empenhados na acção social da Igreja na diocese, inquirindo-os sobre qual foi a cooperação passada e presente com outras comunidades cristãs e como se poderá desenvolver ainda mais.
 - ▶ Dialogar com os outros líderes cristãos sobre as suas relações com outras tradições religiosas na sua área. Analisar quais são as dificuldades e o que podem fazer juntas as comunidades cristãs?
-

iii) Ecumenismo cultural

41. Os factores culturais desempenharam um papel significativo no afastamento das comunidades cristãs. Muitas vezes os desacordos teológicos são fruto de dificuldades de compreensão mútua decorrentes de diferenças culturais. Quando as comunidades se

separam e vivem isoladas umas das outras, as diferenças culturais tendem a alargar-se e a reforçar as divergências teológicas. Por outro lado, recordemos também, que o cristianismo contribuiu enormemente para o desenvolvimento e enriquecimento das diferentes culturas em todo o mundo.

O “ecumenismo cultural” é, pois, o conjunto de todos os esforços para compreender melhor a cultura dos outros cristãos e, realizando-o, faz compreender que, para além da diferença cultural, a diversos níveis, compartilhamos a mesma fé embora expressa de diversas maneiras. Um aspecto importante do ecumenismo cultural é a promoção de projectos culturais comuns, capazes de reunir as diferentes comunidades e de inculturar novamente o Evangelho nos dias de hoje.

O *Directório Ecuménico* (211–218) incentiva projectos conjuntos de natureza académica, científica ou artística e estabelece critérios para o discernimento destes projectos (cf. 212). A experiência de muitas dioceses católicas mostra que a realização de concertos ecuménicos, festivais de arte sacra, exposições e simpósios são momentos importantes de aproximação entre os cristãos. A cultura, em sentido lato, apresenta-se como um lugar privilegiado para o “intercâmbio de dons”.

Conclusão

42. A longa história das divisões cristãs e a natureza complexa dos factores teológicos e culturais que dividem as comunidades cristãs são um grande desafio para todos os que estão envolvidos no movimento ecuménico. De facto os obstáculos à unidade estão para além da força humana; não poderão ser ultrapassados

apenas com os nossos esforços. Mas a morte e ressurreição de Cristo são a vitória decisiva de Deus sobre o pecado e a divisão, assim como a Sua vitória sobre a injustiça e todas as formas de mal. Por esta razão, nunca os cristãos se deixem levar pelo desespero diante da divisão cristã, ou diante da injustiça ou da guerra. Cristo já venceu todos esses males.

A missão da Igreja é sempre receber a graça da vitória de Cristo. As ações e iniciativas sugeridas neste *Vademecum* são caminhos pelos quais a Igreja e, em particular o bispo, pode abrir-se à vitória de Cristo que é mais forte do que a divisão entre os cristãos. A abertura à graça de Deus renova a Igreja e, como ensina *Unitatis redintegratio*, esta renovação é sempre o primeiro e indispensável passo rumo à unidade. Uma abertura à graça de Deus exige também uma abertura aos nossos irmãos e irmãs cristãos e, como escreveu o Papa Francisco, uma vontade de receber “o que o Espírito neles semeou, o que também significa ser um dom para nós” (EG 246). As duas partes deste *Vademecum* procuraram abordar estas duas dimensões do ecumenismo: a renovação da Igreja na sua própria vida e estruturas; e o empenhar-se com outras comunidades cristãs no ecumenismo espiritual num diálogo de Amor, Verdade e Vida.

O Padre Paul Couturier (1881–1953), pioneiro católico do movimento ecuménico e particularmente o ecumenismo espiritual, invocava a graça da vitória de Cristo sobre a divisão na sua oração pela unidade, que continua a inspirar cristãos de muitas tradições diferentes. Com a sua oração terminamos este *Vademecum*:

Senhor Jesus, que na véspera da tua morte por nós,
rezastes para que os teus discípulos
estejam perfeitamente unidos,
como tu com o Pai e o Pai contigo;
faz-nos sentir dolorosamente a infidelidade da
nossa desunião.
Dá-nos a honestidade de reconhecer,
e a coragem de rejeitar,
o que em nós se esconde de indiferença,
de desconfiança, e mesmo de hostilidade mútua.
Na tua benevolência, faz-nos reunir todos em ti,
para que, das nossas almas e dos nossos lábios
suba incessantemente a tua oração
pela unidade dos cristãos,
como tu a desejas e pelos meios que desejares.
Contigo, que és a caridade perfeita,
faz-nos encontrar o caminho que conduz à
unidade,
na obediência ao teu amor e à tua verdade.
Ámen

O Santo Padre Francisco aprovou a publicação deste documento.

Cidade do Vaticano, 5 de Junho de 2020.

Cardeal Kurt Koch

Presidente

† Brian Farrell

Bispo titular de Abitínia

Secretário

Documentos católicos sobre o Ecumenismo

Concílio Vaticano II, Decreto sobre o Ecumenismo
Unitatis redintegratio (1964).

São João Paulo II, Carta Encíclica *Ut unum sint* sobre o empenho ecuménico (1995).

Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos e Sociedades Bíblicas Unidas, *Guidelines for Interconfessional Cooperation in Translating the Bible* [*Directrizes para a cooperação interconfessional na tradução da Bíblia*], (1987).

Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, *Directório para Aplicação dos Princípios e das Normas sobre o Ecumenismo* (1993).

Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, *A dimensão ecuménica na formação dos que trabalham no ministério pastoral* (1997).

Para estes documentos e para mais documentação, informação e recursos ver o website do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos (www.christianunity.va)

Apêndice

Os interlocutores da Igreja Católica no diálogo internacional

O Diálogo bilateral

O trabalho do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos (CPPUC) é promover relações cada vez mais profundas com os nossos irmãos e irmãs em Cristo (Diálogo de Amor) e esforçarmo-nos por superar as divisões doutrinárias que nos impedem de partilhar a comunhão plena e visível (o Diálogo da Verdade). Assim, o CPPUC realiza encontros bilaterais ou diálogos com as seguintes comunidades cristãs¹⁸.

As Igrejas Ortodoxas de tradição bizantina

As Igrejas de tradição bizantina estão unidas pelo reconhecimento dos sete Concílios ecumênicos do primeiro milénio e da mesma tradição espiritual e canónica herdada de Bizâncio. Estas Igrejas, que formam a Igreja Ortodoxa como um todo, estão organizadas de acordo com o princípio da autocefalia, isto é, cada uma com o seu primado e entre elas o Patriarca Ecuménico tem o primado da honra. As Igrejas autocéfalas unanimemente reconhecidas são: os Patriarcas de

18. Antes de começar a estabelecer relações ecuménicas locais e nacionais, é útil para todos que uma determinada comunidade cristã estabeleça plena comunhão com uma das comunhões mundiais indicadas neste apêndice. Há, por exemplo, Igrejas Ortodoxas não canónicas, províncias Anglicanas ou dioceses que não estão em comunhão com o Arcebispo de Canterbury, e muitas comunidades Baptistas que não são membros da Aliança Mundial Baptista. Além disso, há também comunidades que não têm uma estrutura global representativa. É necessário ter um acurado discernimento quando se estabelece relações ecuménicas com tais grupos. Pode ser útil pedir o conselho da Comissão ecuménica da Conferência Episcopal ou do sínodo, ou ainda, do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos.

Constantinopla, Alexandria, Antioquia, Jerusalém, Moscovo, Sérvia, România, Bulgária, Geórgia e as Igrejas autocéfalas do Chipre, Grécia, Polónia, Albânia; as Terras Checas (Boémia, Morávia e Silésia) e a Eslováquia. Alguns dos patriarcados também incluem igrejas chamadas “autónomas”. Em 2019, o Patriarca Ecuménico concedeu um *tomos* de autocefalia à Igreja Ortodoxa da Ucrânia. Esta Igreja ainda está em processo de reconhecimento pelas outras Igrejas. Fundada em 1979, a Comissão Conjunta Internacional para o diálogo teológico entre a Igreja Católica e a Igreja Ortodoxa, no seu conjunto, adoptou seis textos. Os três primeiros documentos diziam respeito à estrutura sacramental da Igreja (Munique, 12; Bari [Itália], 1987; Valamo [Finlândia], 1988) e o quarto abordou a questão do Uniatismo (Balmand [Líbano], 1993). Depois de um período de crise, iniciou-se uma nova fase de diálogo em 2006 focalizada na relação entre primado e sinodalidade e até ao momento adoptou dois documentos (Ravena 2007 e Chieti 2016 [2 cidades da Itália]).

As Igrejas Ortodoxas Orientais

As Igrejas Ortodoxas Orientais, também conhecidas como “não Calcedonianas”, por não terem reconhecido o quarto Concílio Ecuménico; distinguem-se em três grandes tradições: Copta, Síriaca e Arménia. Uma comissão conjunta internacional foi criada em 2003, reunindo todas as sete Igrejas que reconhecem os três primeiros concílios ecuménicos: a Igreja Copta Ortodoxa, a Igreja Siro-Ortodoxa, a Igreja Apostólica Arménia (*Catholicossats de Eetchmiadzine* e de *Cilicid*), a Igreja Malancar Ortodoxa Síria, a Igreja Ortodoxa da Etiópia ‘Tewahedo’ e a Igreja Ortodoxa de Eriteia ‘Tewahedo’. A primeira fase do diálogo culminou em 2009 com a publicação de um documento sobre a natureza e a missão da Igreja. A segunda fase resultou na adopção, em 2015, de um documento sobre o exercício da comunhão na vida da Igreja primitiva. Um diálogo é actualmente em curso sobre os sacramentos.

Paralelamente a esta comissão há também um diálogo especial com as Igrejas Malancares do Sul da Índia. Em 1989 e 1990, foram estabelecidos dois diálogos bilaterais paralelos com, respectivamente, a Igreja Malancar Ortodoxa

Siriaca e com a Igreja Malancar Siro-Ortodoxa (Jacobita). Estes diálogos, que continuaram mesmo depois da criação da comissão acima mencionada, centram-se sobre três temas principais: a história da Igreja, o testemunho comum e a eclesiologia.

A Igreja Assíria do Oriente

O diálogo entre a Igreja Católica e a Igreja Assíria do Oriente produziu muitos resultados fecundos. Resultado de uma primeira fase de diálogo sobre as questões cristológicas, o Papa São João Paulo II e o Patriarca Mar Dinkha IV assinaram um *Declaração Cristológica Conjunta* em 1994 que abriu novos horizontes tanto para o diálogo teológico como para a colaboração pastoral. Posteriormente, a Comissão Conjunta para o Diálogo Teológico entre a Igreja Católica e a Igreja Assíria do Oriente planeou duas outras fases de trabalho: uma sobre a teologia sacramental e a outra sobre a constituição da Igreja. A segunda fase do diálogo concluiu-se com um amplo consenso sobre as questões sacramentais permitindo a publicação pelo CPPUC das *Directrizes para a admissão à Eucaristia entre a Igreja Caldeia e a Igreja Assíria do Oriente* e um acordo do qual foi publicado o documento final intitulado *Declaração Comum sobre a Vida Sacramental*, adoptado em 2017. A terceira fase do diálogo, que se iniciou em 2018, é sobre a natureza e a constituição da Igreja.

Igreja Vétero-Católica da União de Utrecht

A União de Utrecht compreende seis igrejas nacionais que pertencem à Conferência Episcopal Internacional dos Cristãos Velhos. Elas são por ordem de entrada na União (1889 em diante): as Igrejas dos Cristãos Velhos na Holanda, Alemanha, Suíça, Áustria, República Checa e na Polónia. A Comissão Internacional de Diálogo Católica – Cristãos Velhos foi criada em 2004. A mais recente publicação: *A Igreja e Comunhão eclesial*, apresenta dois relatórios, um de 2009 e outro de 2016. Concluiu-se que o entendimento partilhado da Igreja como uma multifacetada comunhão de igrejas locais pode abrir perspectivas comuns e apontar para uma mesma

visão do primado do Bispo de Roma dentro de uma perspectiva sinodal universal.

A Comunhão Anglicana

A Comunhão Anglicana é constituída por 39 Províncias com mais de 85 milhões de membros. Embora outros reclamem o nome de Anglicanos, a comunhão é definida como sendo aquelas dioceses cujo bispo está em comunhão com a antiga Sé de Canterbury. O diálogo ecumênico entre a Comunhão Anglicana e a Igreja Católica começou depois do histórico encontro entre São Paulo VI e o Arcebispo Michael Ramsey, em 1966. A primeira Comissão Internacional Anglicano-Católica (ARCIC I, siglas do inglês) reuniu-se entre 1970 e 1981. Destes encontros chegou-se a um elevado grau de concordância sobre os temas da Eucaristia e do ministério. ARCIC II assumiu o trabalho de seu antecessor sobre a autoridade num importante documento intitulado *O Dom da autoridade* (1999). Produziu, também, declarações conjuntas sobre a salvação, Maria, eclesiologia, ética e graça. Recentemente ARCIC III publicou uma declaração conjunta sobre a eclesiologia intitulada *Together on the Way* [Juntos no Caminho]. A Comissão Internacional Anglicana – Igreja Católica para a Unidade e Missão (IARCCUM) é uma comissão de bispos anglicanos e católicos que, em conjunto, procuram promover a recepção dos documentos da ARCIC e dar maior testemunho da nossa fé comum no serviço aos necessitados.

A Federação Luterana Mundial (FLM)

A Federação Luterana Mundial é uma comunhão mundial de 148 igrejas luteranas que vivem a comunhão “do púlpito e comunhão de altar”. Os membros da FLM encontram-se em 99 países e, juntos, são mais de 75,5 milhões. A FLM foi fundada em 1947 em Lund. A Comissão católica-luterana para a unidade iniciou os seus trabalhos em 1967. Desde então o diálogo entre católicos e luteranos prossegue ininterruptamente. Nas cinco fases do diálogo, a Comissão publicou documentos de estudo sobre o Evangelho e a Igreja, o ministério, a Eucaristia, a justificação e a apostolicidade da

Igreja. O actual tema de trabalho é o Baptismo e o crescimento na comunhão. Um importante marco histórico nas relações entre católicos e luteranos foi alcançado na *Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação* (1999). A teologia da justificação foi o tema da discussão teológica central entre Martinho Lutero e as autoridades da Igreja e que, consequentemente, levou à Reforma. A *Declaração Conjunta* propõe 44 afirmações comuns relativas à doutrina da justificação. Com base no grande entendimento alcançado, foi acordado que as condenações nas Confissões Luteranas e no Concílio de Trento já não se aplicam. O documento *Do conflito à comunhão* (2013) assinalou a *Comemoração conjunta católico-luterana da Reforma em 2017*.

A Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas (CMIC)

A Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas e as respectivas Igrejas membros têm as suas raízes na Reforma do século XVI liderada por João Calvino, João Knox, Ulrich Zwingli e, ainda, nos primeiros movimentos reformadores de Jan Hus e Peter Valdes. As Igrejas membros da CMIC conta entre os seus membros as Igrejas Congregacionistas, as Presbiterianas, as Reformadas, as Unificadas e a Valdense. Em 2010, a Aliança Mundial das Igrejas Reformadas (AMIR) e o Conselho Ecuménico Reformado (CER) uniram-se para criar a Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas. A Comissão Católica – Reformada iniciou oficialmente os seus trabalhos em Roma em 1970. A Comissão realizou quatro momentos de diálogo, elaborando os seguintes quatro relatórios de entendimento: *The Presence of Christ in Church and World* [A presença de Cristo na Igreja e no Mundo] (1970–1977); *Towards a Common Understanding of the Church* [Rumo a um entendimento comum da Igreja] (1984–1990); *The Church as Community of Common Witness to the Kingdom of God* [A Igreja como Comunidade de Testemunho Comum do Reino de Deus] (1998–2005); e *Justification and Sacramentality: The Christian Community as an Agent for Justice* [Justificação e sacramentalidade: a Comunidade Cristã como agente de Justiça] (2011–2015).

O Conselho Mundial Metodista (CMM)

O Conselho Mundial Metodista é uma associação de 80 igrejas de todo o mundo. A maioria delas tem as suas raízes no ensino do pregador anglicano do século XVIII, John Wesley. Os Metodistas têm uma longa história de acordos ecumênicos em muitos países, como o Canadá, Austrália e Índia e fazem parte das Igrejas Unidas ou de Igrejas em via de união. A Comissão Internacional Católica–Metodista iniciou seus trabalhos em 1967. A Comissão elabora relatórios de cinco em cinco anos para coincidir com as reuniões do Conselho Mundial Metodista. Estes relatórios abordam temas como: o Espírito Santo, a Igreja, os sacramentos, a tradição apostólica, a revelação e a fé, a autoridade de ensino na Igreja e a santidade. O tema de diálogo entre 2017 e 2021 centra-se no tema da Igreja como comunidade reconciliada e reconciliadora.

A Conferência Mundial Menonita (CMM)

A Conferência Mundial Menonita representa a maioria da família das Igrejas cristãs que têm as suas origens na Reforma Radical da Europa no século XVI, e particularmente no movimento Anabaptista. A CMM conta com 107 Igrejas nacionais Menonitas e Irmãos em Cristo, com cerca de 1,5 milhões de fiéis batizados. As conversações internacionais entre a Igreja Católica e a CMM iniciaram em 1998 e produziram um documento de diálogo *Called Together to Be Peacemakers [Convocados para serem pacificadores]* (1998–2003).

Recentemente (2012–2017) o CPPUC participou num diálogo tripartido, em 2017, chamado de Comissão de Diálogo Trilateral Internacional, com o CMM e a FLM, onde se acordou um documento intitulado: *Batismo e Incorporação no Corpo de Cristo, a Igreja*.

A Aliança Baptista Mundial (ABM)

A Aliança é uma comunidade mundial de crentes baptistas formada em Londres em 1905. Actualmente existem cerca de 240 igrejas membros, totalizando aproximadamente 46 milhões de membros. O movimento baptista começou no

século XVII em Inglaterra como um movimento separatista rompendo com os Puritanos e defendendo a separação radical da Igreja e do Estado. Os primeiros líderes do movimento (João Smyth e Tomás Helwys) estavam convencidos de que o baptismo das crianças era contrário às Escrituras. Junto com os Menonitas (Anabaptistas), que influenciaram a teologia baptista na Holanda, os Baptistas não praticam o baptismo das crianças, mas defendem o que eles chamam o “baptismo dos crentes”. As conversações internacionais Católico – Baptistas iniciaram-se em 1984. Em dois momentos de diálogo internacional foram elaborados dois relatórios: *Convite para Testemunhar Cristo no mundo de hoje* (1984–1988) e *A Palavra de Deus na vida da Igreja* (2006–2010). Actualmente, uma terceira fase de diálogo está em curso reflectindo sobre o tema do testemunho cristão comum no mundo contemporâneo.

Os Discípulos de Cristo

A Igreja Cristã (Discípulos de Cristo) nasceu no início do século XIX nos EUA, na busca da catolicidade e da unidade. A unidade cristã está em primeiro lugar na doutrina dos Discípulos da igreja e no seu testemunho do Reino de Deus. Eles referem-se a si mesmos como “Comunidade Eucarística protestante” e repetem com frequência que “o nosso caminho de reconciliação começa e termina na Mesa [eucarística]”. O diálogo com a Igreja Católica iniciou-se em 1977 e foram publicados quatro documentos: *Apostolicidade e catolicidade* (1982); *A Igreja como comunhão em Cristo* (1992); *Transmissão da fé* (2002); e *A presença de Cristo na Igreja com particular referência à Eucaristia* (2009).

O Movimento Pentecostal e Carismático

O *Los Angeles Azusa Street Revival Movement* [Movimento de Renovação da Rua Azusa de Los Angeles], iniciado em 1906, é comumente considerado como o início do Movimento Pentecostal. O Pentecostalismo clássico tem as suas origens neste ‘Revival’ que logo tomou forma com denominações de sentido protestante constituindo-se em redes internacionais como as *Assembleias de Deus*, a *Igreja*

Quadrangular e a *Igreja de Deus*. Os ‘Pentecostais Denominacionistas’ que surgiram de ‘renovações/ renovamentos’ na década de 50, dentro de diferentes tradições cristãs, permanecendo dentro dos limites confessionais, são normalmente chamados Carismáticos (a Renovação Carismática Católica, nasceu em 1968, faz parte deste movimento, enquanto permanece um movimento eclesial dentro da Igreja Católica). Por último os Pentecostais não-Denominacionistas ou Novas Igrejas Carismáticas apareceram mais tarde, isto é, nos anos 80 e 90. Actualmente Pentecostais e Carismáticos são à volta de 500 milhões em todo o mundo. O diálogo Pentecostais-Católicos iniciou-se em 1972 e foram acordados seis documentos entre os quais, o mais recente é: *Do Not Quench the Spirit*, [*Não extingais o Espírito*], sobre os carismas na vida e na missão da Igreja.

Uma série de encontros preliminares entre um grupo de líderes das novas Igrejas carismáticas [NIC] e o Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos teve lugar no Vaticano entre 2008 e 2012. No final desta fase preliminar, concordou-se em ter uma série de conversações para procurar a sua identidade e auto-compreensão (2014–2018). O documento intitulado *The Characteristics of the New Charismatic Churches* [*As características das Novas Igrejas Carismáticas*] foi o resultado das reflexões da NIC e destas conversações. Não é um texto ecuménico, mas representa a tentativa da NIC de se descrever a si mesma num contexto de diálogo e pretende ajudar e incentivar as relações entre os católicos e os líderes neo-carismáticos de todo o mundo.

A Aliança Evangélica Mundial (AEM)

Os evangélicos são um dos primeiros movimentos ecuménicos na história da igreja moderna. Originalmente, a Aliança Evangélica, fundada em 1846 em Londres, reuniu cristãos de tradições luteranas, reformadas e anabaptistas. Na fundação da Aliança Evangélica (agora denominada Aliança Evangélica Mundial), uma relação pessoal com Cristo foi considerada o valor fundamental de união, ou seja, o sentido da conversão (arrependimento) e do renascimento espiritual (cristãos nascidos de novo). Embora os evangélicos concordem com os quatro artigos exclusivos da Reforma (chamados: “solos”),

actualmente, as questões à volta da missão e da evangelização são a preocupação central dos evangélicos, que pertencem a diversas tradições eclesiais muito diferentes, do anglicanismo ao pentecostalismo. Os Evangélicos hoje são representados pela Aliança Evangélica Mundial, uma associação de Alianças Evangélicas Nacionais e o Movimento de Lausanne, que na sua maioria é uma associação de pessoas individuais. Foram realizadas três rondas de consultas internacionais entre os representantes do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos e a WEA das quais foram elaborados três textos: *Evangelicals and Catholics on Mission* [Católicos e Evangélicos: o diálogo sobre a missão] (ERCDOM, 1976–1984); *Igreja, evangelização e os laços da koinonia* (1997–2002); *Scripture and Tradition* and *'The Church in Salvation' – Catholics and Evangelicals Explore Challenges and Opportunities* [Escritura e Tradição] e *'A Igreja na Salvação' – Católicos e Evangélicos exploram desafios e oportunidades*] (2009–2016).

O Exército de Salvação

O Exército de Salvação tem as suas raízes em meados do século XIX, em Inglaterra, como movimento missionário para os pobres e marginalizados. O fundador, William Booth, foi um 'ministro' metodista. O Exército de Salvação está presente em 124 países. Os seus membros activos são mais de 17.000 activos; entre eles, mais de 8.700 oficiais reformados, mais de 1 milhão de soldados, cerca de 10.000 outros empregados e mais de 4,5 milhões de voluntários. Os Salvacionistas podem ser classificados com Evangélicos cristãos que não praticam nenhum sacramento. Uma série de conversações ecuménicas informais entre os Salvacionistas e o Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos começou em 2007 em Middlesex, no Reino Unido. Houve um total de cinco reuniões que terminaram em 2012. Um resumo deste diálogo internacional foi publicado pelo Exército de Salvação em 2014 com o título *Conversations with the Catholic Church* [Conversações com a Igreja Católica].

Os Diálogos multilaterais

Através do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, a Igreja Católica também se empenha em diálogos multilaterais com diversas organizações.

O Conselho Mundial das Igrejas (CMI)

Fundado em 1948, o Conselho Mundial das Igrejas é “uma comunhão de igrejas que confessam o Senhor Jesus Cristo como Deus e Salvador de acordo com as Escrituras, e, portanto, procuram cumprir juntos a sua vocação comum para a glória do único Deus, Pai, Filho e Espírito Santo” (*The Basis [As bases]* adoptado pela III Assembleia Geral, Nova Deli, 1961). O CMI é hoje a maior organização do movimento ecuménico. Ela reúne 350 igrejas-membros incluindo Ortodoxos, Luteranos, Reformados, Anglicanos, Metodistas, Baptistas, assim como, Evangélicos, Pentecostais e outras Igrejas unidas e independentes. Todos juntos representam 500 milhões de cristãos de todos os continentes e de mais de 110 países.

Embora a Igreja Católica não seja membro do CMI, tem havido uma colaboração crescente sobre questões de interesse comum depois do Concílio Vaticano II. A colaboração mais importante para encontrar um horizonte de plena unidade visível é realizada através do Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos (CPPUC). É a partir deste que um grupo de trabalho conjunto (iniciado em 1965), concretiza a colaboração no campo da formação, da educação ecuménica e a preparação em comum do material para a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos. Especialistas católicos fazem parte das várias comissões do CMI, assim como da Comissão sobre Missão Mundial e Evangelismo, da Comissão sobre educação e formação ecuménica, bem como de vários grupos de trabalho *ad hoc* relacionados com projectos específicos. Particularmente importante para a resolução das divergências doutrinárias, morais e estruturais entre as Igrejas é a Comissão Fé e Constituição, da qual 10% dos membros são católicos. Desde a sua criação, em 1948, a Comissão dedicou-se a vários estudos sobre importantes temas ecuménicos incluindo:

Sagrada Escritura e Tradição, fé apostólica, antropologia, hermenêutica, reconciliação, violência e paz, preservação do criado e unidade visível. Em 1982 publicou *Batismo, Eucaristia, Ministério (BEM)*, conhecido como *A Declaração de Lima*, a primeira declaração de convergência multilateral sobre as questões que estão no centro do debate ecumênico. A Resposta Católica oficial (1987) manifestou a convicção de que o estudo da eclesiologia deveria ocupar um lugar central no diálogo ecumênico a fim de se poder resolver as questões remanescentes. Em 2013, a Comissão publicou uma segunda declaração de convergência: *A Igreja: Rumo a uma visão comum (IRVC)*. Resultado de três décadas de intenso diálogo teológico, envolvendo centenas de teólogos e líderes da igreja, a declaração *IRVC* mostra “até onde as comunidades cristãs chegaram na compreensão comum da igreja, mostrando o progresso que foi feito e indicando o trabalho que ainda necessita de ser realizado” (Introdução). A *Resposta Católica oficial* (2019) deixa claro, que sem pretender ter alcançado um pleno acordo, a *IRVC* mostra um consenso crescente sobre questões controversas sobre a natureza, a missão e a unidade da Igreja.

O Fórum Cristão Mundial (FCM)

O Fórum Cristão Mundial é uma iniciativa ecumênica recente que surgiu no final do século passado, no campo do CMI. Pretende criar um espaço aberto – um fórum – onde representantes das chamadas “igrejas históricas” (Católicos, Ortodoxos e Igrejas Protestantes da pós-Reforma) e os das chamadas de “igrejas recentes” (Pentecostais, Evangélicos e Independentes) poderiam unir-se numa base de igualdade para promover o respeito mútuo, partilhar histórias de fé e enfrentar juntos desafios comuns. O objectivo do FCM é reunir em torno de uma mesa representantes de quase todas as tradições cristãs, incluindo Igrejas instituídas Africanas, mega-igrejas, igrejas migrantes e novos movimentos e comunidades ecumênicas. Estão representados no FCM muitas comunhões cristãs do mundo e organizações cristãs mundiais, incluindo o Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, a Fraternidade Mundial Pentecostal, a Aliança Evangélica Mundial e o Conselho

Mundial das Igrejas. Sem filiação formal, o FCM promove um espaço de trabalho em rede para os líderes das igrejas poderem aprofundar questões de interesse comum no contexto hodierno de rápida mudança do cristianismo a nível mundial.

A Comunidade das Igrejas Protestantes na Europa (CIPE)

A Comunidade das Igrejas Protestantes na Europa (CIPE) é formada por mais de 90 Igrejas protestantes que assinaram o *Acordo de Leuenberg*. O seu objectivo é implementar a comunhão da igreja através de testemunho e serviço comum. A adesão consiste na maioria das Igrejas luteranas e reformadas na Europa, as Igrejas unidas provenientes de fusões dessas igrejas, a Igreja Valdense e as Igrejas metodistas europeias. Algumas igrejas europeias permaneceram fora da comunhão, como a Igreja Evangélica Luterana da Finlândia e a Igreja da Suécia. Num culto celebrado em Basileia, a 16 de Setembro de 2018, o CIPE e o Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos comprometeram-se a iniciar um diálogo oficial sobre o tema da Igreja e da Comunhão eclesial.